

CENTRO UNIVERSITÁRIO BELAS ARTES DE SÃO PAULO - ARQUITETURA E URBANISMO

MULHER E MORADIA: A HISTÓRIA DA CONQUISTA

Orientando (a): Aline Araújo dos Santos de Lima e Victória Fernandes Vicente

Orientador (a): Débora Sanches e co-orientadora Aline Nasralla Regino

RESUMO:

O artigo propõe-se a discorrer sobre a trajetória dos movimentos sociais, com enfoque no movimento de moradia, no intuito de promover uma reflexão sobre o importante papel, social e político, das mulheres na luta pelos seus direitos. Explana-se a evolução dos movimentos sociais e as diversas facetas de suas lutas. Aponta-se as conquistas obtidas através das pressões dos movimentos populares pela garantia do direito à moradia digna. Expõe-se como valores, oriundos da divisão sexual do trabalho, refletem na associação da mulher ao espaço privado, e mostra-se a relevância da participação das mulheres no movimento de moradia, como ferramenta transformadora de vida, e potencializadora para o rompimento dos atrasados pensamentos patriarcais.

PALAVRAS-CHAVE: Movimentos sociais, Direito à moradia, Mulher e moradia

ABSTRACT:

The article proposes to discuss the trajectory of social movements, focusing on the social housing movement, in order to promote a reflection on the important role, social and political, of women in the fight for their rights. Explains the evolution of social movements and the aspects of their struggles. Points the achievements obtained through the pressures of the popular movements to guarantee the right to a decent house. Exposes how values, derived from the sexual division of labor, reflects in the association of women with private space, and also shows how the participation of women in social housing movement, is a life-changing tool, and a potentializer for empowering to break the backward patriarchal thoughts.

KEYWORDS: Social movements, Right to housing, Woman and housing

INTRODUÇÃO:

A inquietação que gerou a pesquisa, surgiu através de reflexões sobre a questão de gênero geradas dentro dos movimentos sociais, especificamente do movimento de moradia. Adichie (2019, p.16), em sua obra “O perigo de uma história única”, diz que “As histórias importam. Muitas histórias importam. As histórias foram usadas para espolar e caluniar, mas também podem ser usadas para empoderar e humanizar.”, e é esse o intuito deste trabalho, contar uma história para que se possa escrever novas histórias.

Na primeira sessão, será apresentada uma linha cronológica que discorre sobre a história e as múltiplas lutas dos movimentos sociais, analisando como as suas manifestações são uma forma de voz para aqueles que buscam ser ouvidos. A segunda sessão, irá tratar da explanação sobre os direitos a moradia e a luta desse movimento, para poder ganhá-los e assegurá-los. E por fim, a última sessão, incitará uma reflexão sobre como os valores patriarcais retrógrados ainda se fazem presente na sociedade, resultando na constante associação da mulher ao espaço privado, no entanto, também mostrará como a participação das mulheres no movimento de moradia, através da liderança e engajamento, servem para a ruptura desses atrasados paradigmas e para conquistas pessoais e de novas políticas públicas.

1.CRONOLOGIA SOCIAL

Assimilar a localização social de um indivíduo, é considerar que as experiências ultrapassam a individualidade, significa entender que um sujeito está contido em um sistema estrutural maior, e que é a partir desse local no “sistema”, que surgem suas percepções, ideologias, e lutas perante a sociedade.

Segundo Ribeiro (2019) compreender o *locus social* é aceitar que todas as pessoas possuem um lugar de fala, um ponto de partida para suas assimilações mundanas baseadas em vivências comuns. E que, a partir do momento em que o indivíduo toma consciência da posição social que ocupa, é possível que ele tome atitudes responsáveis e crie discursos com veracidade e propriedade, capazes de provocar transformações no grande e incoerente sistema.

A compreensão de que todos os cidadãos têm lugar de fala e possuem uma voz para expressar os seus posicionamentos, leva ao questionamento da validade dessa prática, uma vez que todos portam um lugar na sociedade se mostra contraditória a pouca escuta de alguns discursos. Elaborada em 1988, a Constituição Federal em seu artigo 5º inciso IV, garante a todo membro da sociedade civil, o direito à liberdade de manifestação de seus pensamentos, portanto, quando um cidadão está usando a sua voz, ele também está exercendo a sua cidadania.

No entanto, mesmo com a atual Lei assegurando o direito a fala, é notória a herança de um país anteriormente colonial que ainda reflete nas vozes que se posicionam e são de fato ouvidas.

O passado colonial-imperial, a subsequente república dos coronéis e depois os líderes populistas levaram ao desenvolvimento de uma cultura política na sociedade latino-americana em que se observa uma "naturalização" das relações sociais entre os cidadãos (ou não-cidadãos) e o Estado, ou seja, a relação de dominação expressa em termos de clientelismo e paternalismo passou a ser norma geral, vista como natural pela própria população. (GOHN, 1997, p. 226)

O atrasado pensamento patriarcal ainda é presente na sociedade, como Gohn defende, há uma "naturalização" da voz dominante em relação a uma maioria reprimida, o que fez com que por séculos alguns discursos fossem silenciados, e até mesmo apagados da história.

Como Ribeiro (2020) afirma, a invisibilidade e o silêncio matam. Quando uma parcela da população é silenciada por uma categoria que se julga superior a essa, uma narrativa deixa de ser contada e uma luta deixa de ser armada. E, é justamente esse sentimento incômodo que transforma inquietação em atitude. A percepção de lutas comuns, falas desvalorizadas, e vozes não ouvidas, fez com que parcelas da população com princípios e dores comuns, se unissem e reivindicassem os seus direitos, se transformando em manifestação, se transformando em movimento.

Os movimentos sociais surgem como uma voz que busca ser ouvida, uma fala que almeja provocar incômodo, e um ruído que clama por mudança. É através de suas ações, que desconstroem o conhecimento epistêmico, e causam rachaduras no consolidado sistema estrutural.

Compreende-se os movimentos sociais como "ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas", afirma Gohn (2008, p.5). Tais ações que se manifestam de diferentes formas, como simples denúncias, pressões, passeadas, mobilizações, concentrações, entre outras.

Os movimentos sempre existiram, sempre irão existir, pois simbolizam a força social de reunir pessoas para conscientizar a sociedade de descobertas sociais e culturais. A experiência que eles carregam, agrega importância para a memória e dá sentido as atuais lutas, "análises de Touraine, em que afirmava que os movimentos são o coração, o pulsar da sociedade. Eles expressam energias de resistência ao velho que oprime ou de construção do novo que liberta.", diz Gohn (2011, p.336).

Eles são indicadores, uma análise sobre a realidade e funcionamento da sociedade, “constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social”, afirma Gohn (2011, p.336), os mesmos fortalecem o empoderamento da sociedade civil, para a atuação em sua organização. Lutas por novas políticas de inclusão e reconhecimento da diversidade cultural, vem sendo inseridas para a construção da identidade dos movimentos, proporcionando sentimento de pertencimento social.

Segundo Gohn (2000), os movimentos participam direta e indiretamente da história de luta política dos países, gerando inovações e transformações na sociedade, estreitando relações de lideranças e entidades, defendendo os interesses em comum.

No Brasil, a partir da década de 1970, inicia-se um novo ciclo de lutas como forma resistência ao regime militar, em vigor do Ato institucional nº 5 (AI-5). O cenário era de forte controle social e de perseguição a todos que se contraponham ao regime de 1964, a busca pela restauração da democracia se intensificou nessa década. Gohn (2019) discorre que surgiram movimentos sociais marcados pela participação popular em busca de condições mínimas de sobrevivência e direitos básicos, como por exemplo o ciclo de lutas com movimentos do novo sindicalismo do ABC, movimentos de anistia a exilados, movimentos populares de mulheres da periferia por creches e morados por infraestrutura como transporte e saúde.

As categorias povo, classes populares, periferia urbana, contradições urbanas e outras pautaram os debates e artigos foram escritos para diferenciar classes populares e classe operária etc. O foco estava nas reivindicações advindas do local de moradia, num contexto de expansão desordenada das cidades, loteamentos clandestinos na periferia, falta de transporte, creches etc. E o país estava vivendo o ‘milagre brasileiro’ com expansão das camadas médias, expansão do ensino superior, ampliação do mercado de trabalho. (GOHN, 2019, p.4)

Essas pressões e reivindicações de direitos básicos resultaram na inclusão dos mesmos no processo de elaboração da Constituição Federal de 1988, ocorreu a “reformulação do estado e formulação e implementação de políticas públicas”, diz Gohn (2019, p.3), no entanto, é perceptível que a efetivação desses direitos não acontecem de maneira absoluta e igualitária a todos.

A produção acadêmica brasileira nesse período, caracterizou-se por um grande estudo centrado em movimentos populares e bairros periféricos, a partir de análise e

contato com os agentes. A participação das organizações e de militantes, “contribuíram, no campo das Ciências Sociais, para seu dinamismo e renovação, dando subsídios empíricos para um retrato das carências e demandas das camadas populares”, afirma Gohn (2019, p.3).

A partir de 1980, período de transição para a democracia, surgem diversos movimentos de centrais de sindicatos, movimentos urbanos e movimentos no campo, como por exemplo CONAM (Central Nacional de Movimentos Populares), CUT (Central Única dos Trabalhadores), a criação do MST (Movimento dos Trabalhadores sem-terra) e Diretas já em 1984.



Movimentos nos anos 70 e 80 mostravam que a sustentação material da democracia dependia de nova estratégia econômica. Foto: Juca Martins. Fonte: Olhar Imagem

No início dessa década, continua a luta por direitos básicos, questões de igualdade e recuperação dos direitos e fortalecimento da sociedade civil. “Os movimentos sociais, com suas inúmeras frentes e demandas, eram também movimentos de lutas civis. “, assegura Gohn (2019, p.5). Com a aprovação da nova Constituição em 1988, o foco vai para a atuação nas políticas públicas e criação de canais de participação legitimados, ressaltando a importância da sociedade como um agente político ao declarar “todo poder emana do povo”.

Em 1990, “desenvolve-se o novo espaço público denominado público não estatal”, afirma Gohn (2019. p.6), onde estabeleceram-se outros modelos de organização

popular, como os Fóruns Nacionais de Luta pela Moradia, pela Reforma Urbana, o Fórum Nacional de Participação Popular. Surgiram grandes encontros nacionais que proporcionaram o reconhecimento de problemas urbanos e civis, o que incitou a parceria entre organizações e poder público.

Um acontecimento importante nos anos de 1990, foi a criação de uma Central de Movimentos Populares, que estruturou muitos movimentos em alcance nacional e buscou parcerias entre os grupos com diferentes vertentes.

Com o avanço de políticas neoliberais outros movimentos sociais surgiram, como ações de aposentadoria e movimento de desempregado. Algumas categorias profissionais fomentaram o crescimento da economia informal como resposta à crise, criaram soluções alternativas transporte urbano, como exemplo os perueiros.

Ainda nessa década, como fruto de uma sociedade historicamente machista e patriarcal, destacaram-se importantes movimentos, o de mulheres, que lutaram por visibilidade e igualdade econômica e política, o movimento de homossexuais, reivindicavam conscientização em seus direitos e lutas contra a discriminação, e o movimento negro, que deixou de ser apenas uma manifestação cultural para se tornar uma luta contra discriminação racial e construção de identidade.

Também é em 1990, que as ONG's passam a ter maior importância, antes aquelas que atuavam junto ao movimento popular, passaram a estar inscritas no terceiro setor. Começaram a executar políticas de parceria entre o poder público e a sociedade, que iniciaram a atuação em áreas carentes ou ausentes de serviços sociais, como saúde e educação.

No começo do novo século, com progresso do partido dos trabalhadores em diferentes setores do governo, muda-se o debate da participação popular dos agentes da sociedade civil, incluindo a participação social em esferas institucionais públicas. Diversos militantes de movimentos sociais entraram na estrutura estatal, assumindo cargos como funcionários, representantes nos conselhos, entre outras funções.

Contudo, nos anos 2000 não se teve apenas a participação no âmbito institucional, movimentos como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e os sindicatos continuaram com ações por vias de negociação. Os novos movimentos sociais, como o das mulheres, o afro e índios, obtiveram importantes avanços, como

a Lei Maria da Penha em 2006, que cria recursos para a prevenção e coibição de violência doméstica contra a mulher, o movimento de moradia obteve conquistas, como o Estatuto da Cidade em 2001, instrumento urbanístico que possibilita maior controle do Estado sobre o uso e ocupação do solo, e o movimento dos estudantes também tiveram seus feitos, como o Programa Passe Livre em 2014, para estudantes de baixa renda.

Em 2008, após crise global, surgiram em diversos países os movimentos e protesto dos “indignados”, cidadãos que não necessariamente estão vinculados a algum movimento, mas que não estão satisfeitos com a situação social e política atual. Esses ativistas ganharam destaque, e a população reocupou as ruas como espaço de protesto. É importante destacar o engajamento dos jovens e o uso das tecnologias e redes sociais, que se tornaram cada vez mais grandes aliadas para a comunicação, troca de experiências e conhecimento, gerando relações regionais, nacionais e transnacionais.

O militante tem filiações e compromissos coletivos com grupos, movimentos, partidos etc. O ativista não, atua em função de causas, muitas vezes de forma individual, não tem pertencimentos fixos, atua mais em coletivos do que em movimentos já consolidados. Estabelece relações horizontais e critica as hierarquias e as relações verticalizadas. As Marchas ou Manifestações nas ruas tornaram-se modelos básicos de protesto. (GONH, 2019, p. 09)

No Brasil, essas novas ações ganharam força em junho de 2013, com manifestações e protestos em todo o país, contra políticas sociais, reivindicando qualidade no transporte, educação, e saúde, e criticando gastos priorizados com a Copa do Mundo. Destacam-se nesse novo cenário a participação dos jovens de coletivos organizados on-line, como o MPL, Movimento Passe Livre e *Black Blocs*, com causas transnacionais.

A relação nas mídias sociais, estabeleceu novas abordagens nesse ciclo de protestos com a participação social e política das pessoas. O seu potencial de incentivo, que tem poder de atingir grandes massas, transformou as relações diretas, proporcionando aos interacionistas, diversos diálogos virtuais nas redes.

Embora já em 1932, MORENO definia que uma rede social pode apresentar um conjunto de vínculos entre os atores, será no final do século XX que a questão das redes politiza-se, adentra o espaço da política e potencializa força social e política na esfera pública para muito além das teias de relações comunitárias e de solidariedade que

falava Moreno, embora o fator agregador dos indivíduos nas redes continua sendo a base de valores morais compartilhados.[...] (GOHN, 2019, p. 11)

2.LUTA POR MORADIA

Uma casa não é apenas abrigo, um lar não é unicamente proteção, uma moradia não é somente a tentativa de uma vida civil reconhecida. A moradia pode ser entendida como

Sendo o ponto de partida do universo de seu habitante, a casa representa o início e o encontro das diversas dimensões de sua vida: social, econômica, afetiva, cultural dentre tantas outras dimensões que a complexidade humana cria e demanda. (IACOVINI, 2014, p.98)

Portanto, a inserção e a visibilidade do cidadão na sociedade, estão diretamente relacionadas com um “teto” para ser afirmar, a garantia do mesmo se torna parte indispensável para desenvolvimento das outras relações humanas necessárias. Como é popularmente dito, a moradia é a porta de entrada dos outros direitos.

A questão habitacional no Brasil é extremamente complexa e reflexiva de diversos outros fatores, como o sistema capitalista e a estrutural desigualdade social. A consequência de um processo histórico de uso e ocupação do solo carregado de disparidade de classes, é o déficit habitacional sempre presente no cenário brasileiro. Segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV) e a Associação Brasileiras de Incorporadoras Imobiliárias (Abrainc), em 2017, o déficit habitacional atingiu um marco de 7,78 milhões de unidades, crescendo 7% em apenas 10 anos.

A expansão das cidades se deu de forma intensa e sem o acompanhamento de políticas públicas e planejamento urbano que pudessem evitar a evidência das diferenças sociais de forma tão nítida. O reflexo dessa falta de controle foi o entendimento deturpado da moradia não como um direito, mas sim como uma mercadoria. Essas transformações nos valores da sociedade repercutiram no acesso aos melhores espaços, logo os melhores terrenos foram apossados pela elite, “classe dominante”, deixando disponível para a população de baixa renda espaços mal localizados, carentes de serviços, e sem infraestrutura urbana. Logo, aqueles moradores que antes pertenciam aos cortiços centralizados, perderam suas casas e foram expulsos para as periferias das cidades, assim, acentuando cada vez mais o abismo social existente.

Com o intuito de lutar por condições dignas de moradia a todos, a partir da década de 1980 os movimentos sociais com esse viés começaram a ter maior notoriedade. Em 1989 a União por Moradia Popular (UNMP) iniciou sua articulação, mas a sua consolidação ocorreu apenas em 1993, no Encontro Nacional por Moradia Popular, com os movimentos de moradia dos estados do Paraná, São Paulo e Minas Gerais, porém, atualmente o movimento já está presente em 23 estados brasileiros.

Um dos grandes pilares que sustentam os Movimentos de Moradia, é a política pública da autogestão. É um modelo organizacional de gestão pautado na empatia, em que o saber popular, a ação coletiva, e a justiça social são protagonistas.

A definição de autogestão na produção habitacional refere-se a ações em que a produção de moradias, ou a urbanização de uma área, ocorra com o controle de recursos públicos e da obra pelos participantes dos movimentos populares, de associações e de cooperativas (UNMP, 2019, p.12)

A proposta autogestionária se baseia em contestar a privatização da produção habitacional financiada pelo Estado. A partir do momento em que a comunidade está à frente das decisões, o sentimento de pertencimento é incitado, e a força para a reivindicação dos seus direitos, como membro da sociedade civil, é fortalecida. Portanto, o questionamento pelo direito de gerir as produções habitacionais é uma forma de luta e resistência.



Luta pela Reforma Urbana e Auto gestão. Fonte: UNMP

Em 1948, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, o direito à moradia já estava garantido

Artigo 25, Parágrafo 1 “Todo ser humano tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis, e direito a segurança em caso de desemprego, doença, invalidez, viuvez, velhice ou outros casos de perda dos meios de subsistência do de seu controle” (Assembleia Geral da ONU, 1948)

Segundo a Cartilha de Autogestão em Habitação (2019), elaborada pela União Nacional por Moradia Popular, foi em 1996, na Conferência da ONU – Habitat II, em Istambul, que foi de fato reconhecido como um direito humano e estabelecido que “os governos devem tomar apropriadas ações em ordem para promover, proteger e assegurar a plena e progressiva realização do direito à moradia”.

No entanto, apenas em 2002, 12 anos após o Habitat II, através de uma mobilização e participação direta da UNMP, que o direito à moradia foi incluso na Constituição Brasileira de 1988, no artigo 6º juntamente a outros direitos sociais e econômicos. Essa grande vitória, torna o poder público o responsável pela provisão de uma habitação digna para todos os participantes da sociedade civil, delegando aos diferentes níveis de controle o papel de desenvolver políticas públicas que respondam a essa demanda.

É relevante ressaltar que graças as pressões e lutas exercidas pela União sobre o Estado que o país obteve algumas conquistas no âmbito habitacional. O Estatuto da Cidade, é um instrumento urbanístico resultante da luta, ele surgiu como uma esperança para Política Urbana, ressaltando a função social da propriedade e ampliando o acesso a moradia. Esse instrumento cria meios que facilitam a Regularização Fundiária e permitem maior controle estatal sobre o uso e ocupação do solo, como a instituição de Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS).

Considerando um recorte mais específico, em 1987, foi fundada a União dos Movimentos de Moradia de São Paulo (UMM-SP), com o propósito de lutar pelo do direito à moradia digna, pelo modelo de autogestão, e pela Reforma Urbana.

Ela surgiu da iniciativa de um grupo de padres já falecidos, Padre Chico de Itaquera e Padre Enildo, que sentiam a necessidade de realizar um trabalho mais abrangente junto a favelas e grupos de lideranças, nas ocupações de terra em São Paulo e na

região do Grande ABC. A partir desse momento, o início do movimento em São Paulo se deu através da convocação de missas, nas quais foram realizadas assembleias mensalmente, no Centro Pastoral Belém, que buscavam discutir a questão habitacional.

Desde então a atuação do movimento se dá em área de favelas, cortiços, ocupações, mutirões e loteamentos. Atualmente, para melhor controle e organização, ele se encontra dividido por regiões, e são elas: norte, sul, leste, oeste e centro.

Em São Paulo, na gestão municipal da prefeita Luiza Erundina (Partido dos Trabalhadores, 1989-1992) o UMM-SP obteve conquistas significativas. Nessa gestão o movimento e as políticas públicas conseguiram dialogar e promover projetos habitacionais com a inserção da autogestão, projetos participativos (com arquitetos e acessórias técnicas) e mutirões, com recursos do Fundo Municipal (criado a partir da Constituição Federal de 1988). Segundo Sanches (2015), nesse período, foi implementado o Programa de Produção de Habitação por Mutirão e Autogestão, que buscava fortalecer a participação da população na gestão de política com projetos de boa qualidade e baixo custo.

A participação popular no processo de aquisição a uma moradia digna, extrapola o âmbito econômico, é uma forma do cidadão reivindicar e exercer a sua cidadania. Os processos autogestionários ocorrem através de associações comunitárias, com uma liderança que dialoga com o movimento e o poder público. Um exemplo notório desse modo de gestão, em São Paulo, foi a construção do bairro Jardim Celeste.



Construção do Jd. Celeste. Fonte: 1º Mapa Com.do Jd.Celeste, 2007.

Os conjuntos habitacionais que o compõe, foram construídos a partir da década de 1990, quando programas como o antigo FUNAPS Comunitário (Fundo de Atendimento à População Moradora em Habitação Subnormal), que consistia em um repasse de recursos para associações comunitárias auto gestantes construírem suas unidades habitacionais, forneceu meios para que os mutirões se organizassem e se encarregassem da construção das suas próprias moradias.

Em um diálogo entre o poder público e a Associação do Movimento de Moradia da Região Sudeste, segundo o 1º Mapa Comunitário do Jardim Celeste (2007), um relatório feito pela mesma, foi possível a construção de cerca de 1076 unidades habitacionais, sendo elas 556 por mutirão com autogestão e 520 por empreiteira, em uma área de aproximadamente 129 000m², provendo moradia para cerca de 5 000 pessoas. É importante frisar que essas novas habitações foram para o beneficiamento dos membros da própria Associação, que antes viviam em favelas, cortiços e em condições insalubres.



Embora tenha ocorrido uma parceria com notórias conquistas, é relevante apontar que nem todas estão em situação regular, o processo de desapropriação iniciado em 1989 pelo decreto nº 27. 974 e alterado pelo decreto nº 36.655 de 26 de dezembro de 1996, ainda não se concluiu, ou seja, mesmo estando na posse da área há moradores sem o domínio legal e segurança jurídica.

Mutirão. Jd. Celeste. Fonte: Pastoral da moradia do Ipiranga, 1990.

Uma das lutas atuais dos moradores, consiste na Regularização Fundiária de toda extensão do Projeto Habitacional Jardim Celeste. Segundo o 1º Mapa Comunitário do Jardim Celeste (2007), a Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste, juntamente a outros parceiros, como o Governo Federal, Instituto Pólis, Ministério Público, Defensoria Pública e outras organizações populares, já realizaram o processo para que a área fosse regularizada.

3.MULHER E MORADIA

A moradia, para maioria das mulheres, além de ser a porta entrada aos seus direitos, supostamente deveria ser um local de segurança física e emocional. No entanto, muitas vezes, é o local em que a mulher ainda exerce um trabalho socialmente imposto, por conta da retrógrada divisão sexual do trabalho.

Segundo Kergoat (2000), essa divisão arcaica, tem por característica a destinação dos homens à esfera produtiva, com valor monetário agregado. Já as mulheres, sempre foram relacionadas à esfera reprodutiva, sem valor monetário.

Conforme dados da pesquisa da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano (SMDU) em 2020, com análises de pesquisa de Origem e destino (2017) do metrô, observa-se que mesmo com a crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, e aumento de o número de famílias chefiada por mulheres, (de 25% em 1995, para 45 % em 2018 , segundo IPEA), a mulher continua sendo majoritariamente a responsável pelo trabalho doméstico e pelo aspectos da vida familiar. “Cabe principalmente à mulher levar e buscar as crianças na escola, acompanhar outros integrantes da família ao médico e realizar as compras do lar.” (SMDU, 2020, p.2), isso reafirma, que as mulheres acumulam responsabilidades em ambos os espaços, levando dupla jornada de trabalho.

A dificuldade de tempo e conciliação de diversas tarefas, evidencia a necessidade da qualidade de uma moradia bem localizada e com infraestrutura básico, como posto de saúde, creches, transporte público, saneamento, entre outros. Seguindo essa lógica, mulheres de baixa renda, moradora da periferia, sentem mais essa precariedade da infraestrutura. Portanto, são as mulheres as mais afetadas pelo déficit e falta de qualidade habitacional da cidade de São Paulo.

“a gente está morando porque não tem outra chance de moradia, não tem condições de financiar, ou pagar um aluguel numa área que é próxima do meu trabalho, que é próxima de um posto médico. Quando a gente ocupa, primeiro, a gente não ocupa um prédio que existe um proprietário que está dando função social, quando nós ocupamos um prédio é porque esse ele está parado o governo abandonou ou o próprio dono abandonou e então a gente dá vida para esse lugar, a gente melhora as condições desse prédio”, conta Selma de Jesus, integrante do movimento e morado da Ocupação 9 de julho. (ALMEIDA, 2019)

Sendo o trabalho doméstico predominantemente da mulher, é evidente perceber o porquê a moradia é uma preocupação e necessidade da mesma. Dessa forma, quando a moradia está ameaçada, por despejos ou reintegração, são elas que mais sentem e lutam, encorajando a busca por organizações de reivindicação de moradia digna.

Dados empíricos, demonstram que as mulheres são o principal grupo, dentro dos movimentos sociais, que se mobilizam para lutas por questões coletivas na esfera pública, afirma Gohn (2007). Em todo espaço do movimento de moradia, se nota que a questão de gênero é extremamente importante na compreensão das militâncias e suas atuações, seja na coordenação dos movimentos, nas ocupações e nos atos, é perceptível a numerosa presença feminina.

Apesar dessa forte atuação, ainda existe uma invisibilidade, “frequentemente as análises ignoram que os principais atores nos movimentos populares eram, de fato, atrizes” (SOUZA-LOBO, 1991 *apud* Gohn, 2007, p.45). Graça Xavier, coordenadora da União dos Movimentos de Moradia Nacional, liderança do movimento da Região Sudeste, integrante da Secretaria de Mulheres da União dos Movimentos de Moradia, conta como sobre a importância das mulheres na liderança e essa visibilidade:

80% da composição dos movimentos de moradia são mulheres, pois na década de 1980 a base era literalmente quase toda composta por nós mulheres, mas as coordenações executivas eram quase todas compostas por homens, mesmo eles sendo minorias nas bases. Contudo, atualmente esses papéis foram invertidos, pois hoje somos a maioria tanto na base quanto nas coordenações executivas, pela primeira vez após 30 anos somos maioria na coordenação executiva e com um olhar diferenciado para as questões de gênero, fruto de uma grande articulação e formação para que as mulheres assumam de fato uma agenda feminista de empoderamento e protagonismo na construção do direito a uma cidade com inclusão social. (ALMEIDA, 2019)

Com a entrada das mulheres no movimento, elas se veem parte de um grupo maior e acabam se sentindo mais respeitadas, sendo capazes de reivindicar seus direitos, entrando em contato com mais temáticas feministas, também ampliando sua formação política.

mulheres que sofrem discriminações no trabalho ou violência física em casa podem passar a questionar a realidade a partir da vivência coletiva. A subjugação pode não ter mais lugar em suas vidas após a participação, num movimento social (...). A inserção no grupo pode

fazer com que elas se percebam como sujeitos e assim modifiquem suas vidas privadas. (ARIENTE, 1998 *apud* Santos000, 2015, p. 70).

As lideranças das mulheres dos movimentos, vem inserindo em suas organizações atividades e discussões voltadas para as mulheres militantes ativas na base, realizando projetos incluindo o feminismo na luta por moradia, e mudando o sentido negativo que tem para algumas mulheres.

Desde 1997, já se abordava a questão de gênero dentro da UMM, e no início de 2000, fundaram o movimento “Mulheres da Moradia”, primeiro setor de mulheres e investimento na formação das mulheres em parceria com as organizações feministas e sindicatos no estado de São Paulo. Em 2013, foi criado a Secretaria de Mulheres na UMM, que investe na formação sobre o tema para as militantes do movimento.



Marcha mulheres Paulista. Fonte: Folha Press

A secretaria organiza frequentemente rodas de conversas com as mulheres, para discutir questões de gênero e de direito à cidade, com o intuito expandir esses debates para as mulheres que vivem nas periferias e não tem acesso as essas discussões que ocorrem mais frequentemente no centro de São Paulo.

Em um desses encontros, em junho de 2020, Maria de Fátima, coordenadora da Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste (AMMRS), União dos Movimentos de Moradia e da Secretaria das Mulheres, contou como a secretária e os seminários contribuíram para diversas questões de cunho feminista, como violência doméstica e dificuldades encaradas diante dessa atual pandemia. Os trabalhos solidários, organizados pela secretaria, ajudaram as mulheres, mães, chefes de

família, que perderam seus empregos, e orientaram mulheres a ficarem atentas por conta do aumento do índice de violência doméstica, nesse período de isolamento, uma vez que podem estar presas com os seus agressores.



Entrega de cesta AMMRS no Jd. Celeste. Fonte: UMM-SP, 21 de agosto de 2020.

Levando esses debates para as periferias do município, e macro regiões, onde a UMM-SP também atua, como no litoral em Santos, Praia Grande e no interior, como Campinas e Ribeirão Preto, Mariza Dutra, militante e coordenadora executiva do MST Leste 1, coordenadora UMM e participante na secretaria das mulheres, reforça a importância das rodas de conversa, e como essas discussões motivam outras mulheres a conhecerem seus direitos, e a lutar contra violência e a desigualdade.

São nesses debates que as mulheres conseguem dialogar e compreender que tem muita capacidade e podem alcançar todos os seus objetivos, a participação nessa luta as inspira a conquistar os seus próprios espaços.

Com o isolamento, esses encontros físicos foram suspensos, e as lideranças se reinventaram para continuar transmitindo informação, através do uso da tecnologia, durante o período de pandemia, são feitas diversas *lives* com temas, como o direito à moradia e mulher na pandemia, saúde, entre outros.

CONCLUSÃO:

Essa análise compreende que através dos movimentos sociais, se cria a possibilidade reformular e construir as políticas públicas, que historicamente, são feitas sem consulta das necessidades dos principais interessados, a sociedade. Apresentou-se brevemente, a trajetória dos movimentos sociais no Brasil, a partir da

década de 1970, com o regime militar em vigor, até o ano de 2013, onde é visto um novo cenário, com a reocupação das ruas como espaço de protesto.

É visível a predominância das mulheres na participação dos movimentos, que demandam melhores condições de vida, reconhecimento de direitos, políticos e social. Atentou-se ao movimento de moradia, está diretamente relacionado com as experiências vividas pelas mulheres no espaço urbano e no cotidiano doméstico. Esse reconhecimento, com as causas e as lutas do movimento moradia, faz com elas se mobilizem em prol dessa organização.

A entrada das mulheres nos movimentos, faz com que elas se sintam parte de um grupo e capazes de reivindicar seus direitos. As lideranças vêm incluindo nos movimentos ações e organizações que debatem as questões de gênero, como exemplo a Secretaria de Mulheres da UMM, que discute o feminismo na luta pela moradia, e como a inserção dessas pautas podem contribuir para suas vidas pessoais.

É indiscutível a importância das mulheres na atualidade, mesmo com toda essa participação ainda estão invisíveis, dentro e fora das academias, a história ainda é contada pela validação do gênero masculino. Demonstra-se que mesmo a sociedade precisando delas enquanto líderes, chefes de família, e trabalhadoras, as mulheres ainda precisam buscar pela sua liberdade, direitos, reconhecimento e voz. Dar-lhes visibilidade, é primordial para o fortalecimento da identidade coletivas e avanço da democracia no país (GOHN, 2007).

REFERÊNCIAS:

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

ALMEIDA, Juliana. Mulheres em movimentos, São Paulo, 2019. Disponível em: <http://mulheresemmovimento.ml/index.html>. Acesso em 10 maio. 2020.

ASSOCIAÇÃO DOS MOVIMENTOS DE MORADIA DA REGIÃO SUDESTE. **1º Mapa Comunitário do Jardim Celeste**. São Paulo: Associação dos Movimentos de Moradia da Região Sudeste, 2007.

BRASIL. **Constituição** (1988). **Constituição** da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado **Federal**: Centro Gráfico, 1988.

GOHN, Maria da Glória. 500 ANOS DE LUTAS SOCIAIS NO BRASIL: movimentos sociais, ONGs e terceiro setor. **Rev. Mediações**, Londrina, v. 5, n. 1, p. 11-40, jan./jun. 2000.

GOHN, Maria da Glória. Ciclos de Protestos no Brasil -1970-2019: Ações e Formas, Eixos Temáticos de Pesquisa e Abordagens Teóricas. **19 Congresso da SBS- Florianópolis**, julho de 2019.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 16, n. 47, maio-ago 2011.

GOHN, Maria da Glória. **Mulheres – atrizes dos movimentos sociais**: relações político-culturais e debate teórico no processo democrático. São Paulo, 2007.

GOHN, Maria da Glória. **O protagonismo da sociedade civil**: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOHN, Mária da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

IACOVINI, Rodrigo. Os significados do direito à moradia como porta de entrada para outros direitos. **Revista Contraste**, São Paulo, edição 03, 2º semestre de 2014. Disponível em: <<https://issuu.com/revcontraste/docs/revcontraste03>>. Acesso em 07 de agosto de 2020.

IMP. Instituto Maria da Penha, 2018. Disponível em: <<https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/resumo-da-lei-maria-da-penha.html>>. Acesso em 23 agosto de 2020.

IPEA. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Fevereiro/2020. Disponível em: <https://www.em.com.br/app/noticia/economia/2020/02/16/internas_economia,1122167/quase-metade-dos-lares-brasileiros-sao-sustentados-por-mulheres.shtml>. Acesso em 23 julho 2020.

Jornal do comercio. Déficit habitacional continua a desafiar os governos., janeiro/2020. Disponível em: <https://www.jornaldocomercio.com/_conteudo/opiniaio/2020/01/719274-deficit-habitacional-continua-a-desafiar-os-governos.html>. Acesso em 23 de agosto de 2020.

METRÔ. Pesquisa Origem e Destino, 2017. Disponível em: https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/Informes_Urbanos/44_I_U_mobilidade_mulheres.pdf

ONU. Assembleia Geral das Nações Unidas. Declaração Universal dos Direitos Humanos. 1948. Disponível em <<https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2018/10/DUDH.pdf>>. Acesso em 07/08/2020

PAULISTA, Amanda. As mulheres nos movimentos sociais de moradia: a cidade sob uma perspectiva de gênero. **Humanidades em diálogo**, v. 5, p. 93-108, 23 nov. 2013. Disponível em: < <http://www.revistas.usp.br/humanidades/article/view/106242>>. Acesso em 13 de junho de 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SANCHES, Débora. **Processo participativo como instrumento de moradia digna: uma avaliação dos projetos da área central de São Paulo (1990– 2012)**. 2015. 465p. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, 2015. Disponível em: < <http://tede.mackenzie.br/jspui/handle/tede/490>>. Acesso em 16 de agosto de 2020.

UNMP. **Cartilha de autogestão em habitação**. São Paulo: União Nacional por Moradia Popular, 2019.

UNMP. União por Moradia Popular, 2020. História. Disponível em: < <https://www.unmp.org.br/o-que-e-a-unmp/historia/>>. Acesso em 28 de agosto de 2020.